



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Violência pode aumentar na reta final do primeiro turno

A pistola G2C 9mm tem carregadores de 12 munições e uma bala na câmara, para pronto emprego, sendo atualmente a arma compacta de porte velado mais vendida no Brasil. Custa em torno de R\$ 3,8 mil no mercado legal de armas e pode ser comprada pela internet, parcelada em até 12 vezes no cartão de crédito. Nos Estados Unidos, custa US\$ 200, pouco mais de R\$ 1 mil. Quase todo bolsonarista raiz que se preza tem uma arma: as mais populares são as pistolas Taurus da linha G, a arma mais vendida no mundo.

Considerando o repasse da inflação, a receita da Taurus com a venda de armas cresceu 47,4% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Sua participação no mercado brasileiro de armas passou de 21,3%, no primeiro semestre de 2021, para 28,6%. Foram 186 mil armas vendidas no Brasil de janeiro a junho, um aumento de 17,7% em base anual. A Taurus produziu 1,1 milhão de armas no primeiro semestre deste ano, sendo 702 mil na fábrica brasileira, um aumento de 1,7% em relação a igual intervalo de 2021. A receita líquida da empresa alcançou R\$ 1,3 bilhão de janeiro a junho, um aumento de 9,2% ante mesmo intervalo de 2021.

Os irmãos Flávio, Eduardo e Carlos Bolsonaro, senador pelo Rio, deputado federal por São Paulo e vereador carioca, respectivamente, são lobistas dos fabricantes de armas concorrentes da Taurus. Eduardo Bolsonaro tem conversado com gigantes estrangeiras do mundo dos armamentos e munições, como a alemã SIG Sauer e a italiana Beretta, para abrirem filiais no Brasil. Outras empresas do setor, como a austríaca Glock e a americana Smith & Wesson, também estariam interessadas em investir no país. A política de liberação do porte e uso de armas pelo presidente Jair Bolsonaro transformou o Brasil na fronteira do mercado de armas de pequeno porte para uso individual, em razão da multiplicação dos clubes de tiro.

“É uma situação que está fora do controle”, segundo o jornalista Leonardo Cavalcanti (SBTNews), pesquisador junto ao Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da Universidade de Brasília (NevisUnB). De agosto de 2011 a julho deste ano, foram concedidas autorizações para 264.129 pessoas comprarem armas e munições, média de 795 por dia. “O número é maior do que os efetivos das Forças Armadas (356 mil) e de policiais militares de todo o país (417 mil). O Brasil tem 700 mil pessoas aptas a andarem armadas, inclusive com armas bem mais potentes, como fuzis”, explica. O Exército não tem informações básicas sobre essas pessoas, como origem, gênero, idade ou renda salarial, no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma); também não tem acesso ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg) do Ministério da Justiça, utilizado pela Polícia Federal para checar se as pessoas têm antecedentes criminais.

O Estado brasileiro sempre teve dificuldades para exercer o monopólio da força. O conceito tem origem hobbesiana, inspirado na figura do Leviatã, o mito fenício relatado no *Livro de Jó*: um monstro gigantesco, meio dragão, meio crocodilo, que vivia num lago e tinha como missão defender os peixes mais fracos dos peixes mais fortes. O inglês Thomas Hobbes fez essa analogia em 1651 (*Leviatã*), para responder a duas questões: como as sociedades foram formadas e como devem ser governadas. É dele a famosa frase em latim “*homini lupus homini*” (o homem é o lobo do homem), justamente por sermos egoístas e entrarmos em conflito uns com os outros.

Radicalização política

Apesar de egoístas, porém, temos racionalidade e “medo da morte violenta”. Para Hobbes, era possível abrir mão da liberdade total e fazer um pacto, o “contrato social”, para sair da vida solitária e selvagem — ou seja, do “estado de natureza” — e viver junto, sob um poder soberano, no “estado civil” — ou seja, em sociedade. Entretanto, para isso, é preciso um poder que os obrigue a respeitar o contrato. O Estado sozinho, absoluto, não resolve o problema. É preciso garantir liberdade e direitos aos cidadãos contra a “ditadura da maioria”.

É aí que John Stuart Mill, no século XIX, ou seja, dois séculos depois, entrou em cena. Em *Sobre a Liberdade* (1859), Mill resumiu: o Estado deve preservar a autonomia individual e, ao mesmo tempo, evitar a tirania da maioria. Tudo é permitido ao indivíduo, desde que as suas ações não causem danos a terceiros. Todas as pessoas podem desenvolver de maneira autônoma o seu projeto de vida; a sociedade deve proteger a liberdade de indivíduos se desenvolverem de modo autônomo e, em troca, os seus membros não devem interferir nos direitos legais alheios; os danos que são causados a outras pessoas têm como consequência uma punição proporcional.

Na reta final da campanha eleitoral, clube de tiros estão virando comitês eleitorais e muitos de seus integrantes fazem uso ostensivo de suas armas em eventos públicos, o que é uma forma de intimidação. Os casos de violência já estavam se multiplicando, principalmente, os feminicídios. A radicalização política também já registra mortes por motivos fúteis. A violência tende a aumentar nas próximas duas semanas que antecedem as eleições de 2 de outubro. Houve reforço até da segurança dos juízes eleitorais. Mesmo os policiais civis e militares, no cumprimento de suas missões, estão com a vida em risco em razão da grande quantidade de armas nas mãos de indivíduos violentos.

Alesp notifica Garcia

Deputado que agrediu Vera Magalhães tem prazo para apresentar sua defesa

O Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) notificou o deputado estadual Douglas Garcia (Republicanos) a respeito das oito representações feitas contra ele por quebra de decoro parlamentar, devido ao ataque à jornalista Vera Magalhães nos bastidores da TV Cultura, na última terça-feira. Segundo a presidente do colegiado, deputada Maria Lucia Amary (PSDB), a notificação se deu por publicação no *Diário Oficial* de ontem, após três tentativas para encontrá-lo no gabinete.

A partir do aviso, o parlamentar terá o prazo de cinco

sessões legislativas para apresentar sua defesa prévia sobre o episódio. Espera-se que as representações, que pedem a cassação do deputado, sejam reunidas para que a tramitação ocorra de forma unificada.

Os pedidos de cassação questionam o ataque feito por Garcia à jornalista Vera Magalhães, que participava no debate da TV Cultura com os candidatos ao governo do estado de São Paulo. Na ocasião, ele repetiu acusações feitas contra ela pelo

presidente Jair Bolsonaro (PL), além de afirmações falsas sobre seu salário na emissora.

O deputado foi ao debate como convidado do candidato Tarcísio de Freitas (Republicanos), que concorre ao Palácio dos Bandeirantes. O ex-ministro da Infraestrutura repudiou a atitude e vetou a participação do deputado em sua comitiva nos próximos eventos da campanha. Douglas Garcia não foi encontrado para comentar as notificações.



Reprodução/Twitter @DouglasGarcia



Douglas Garcia enfrenta oito pedidos de cassação de mandato

AQUI, TAMANHO É DOCUMENTO

MAIOR 2 QTOS DO NOROESTE, COM 84 M² E ATÉ 2 VAGAS DE GARAGEM



ENTREGA JUN/23

QUALIDADE

DECORAÇÃO

ARQUITETURA

VISITE O APTº DECORADO

Lazer completo
Elevador até a cobertura

Cybele Barbosa
Arquitetura

MKZ
Arquitetura



SAIBA MAIS

Paulo Octavio®

CJ1700

3326.2222

www.paulooctavio.com.br

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
(Eixinho, ao lado do McDonald's)

ÁGUAS CLARAS
Rua 33 Sul lote 7

NOROESTE
(CLNW 2/3)

GUARÁ II
(QI 33 Lote 2)

ABM